

tunidade rara que tenho de vir ao Congresso, demonstrando que no exercício de meu mandato de Parlamentar, sem qualquer leviandade, sem qualquer excesso, sem qualquer preocupação oposicionista, estou, na realidade, zelando para cumprir um dever do Parlamentar. Não é apenas direito, mas dever nosso, de exigir o esclarecimento dessa série de transações que, se confirmadas, trarão gravíssimos prejuízos à tecnologia brasileira, ao emprego de trabalhadores no Brasil e ao aumento desta alarmante dívida externa que a todos preocupa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCO MONTORO EM SEU DISCURSO:

PREOCUPAÇÃO NO CTA: VAMOS COMPRAR RADARES FRANCESES?

Cientistas e empresários que há seis anos dedicam-se à produção de radares nacionais temem que os dólares obtidos na França sejam utilizados nessa compra.

A notícia de que o Brasil obteve na França financiamentos no valor de 650 milhões de dólares, para aplicação no Projeto Sindacta, o sistema integrado de controle de tráfego aéreo, deixou preocupados os setores empresariais e as áreas de pesquisa e tecnologia de São José dos Campos. Eles acreditam que esse dinheiro será aplicado na compra de quarenta radares de fabricação francesa, o que representará para o Brasil um prejuízo de mais de um bilhão de cruzeiros, quantia que foi investida durante seis anos em pesquisas para o desenvolvimento de dois tipos de radares, encomendados em 1975 pelo próprio Governo.

(Segundo se anunciou anteontem, em Paris, esses 650 milhões de dólares, que representam mais de um terço do volume de negócios assinados entre Brasil e França, serão obtidos da seguinte forma: 45 milhões em financiamentos do Tesouro francês, com juros variáveis de três a cinco por cento ao ano e prazos de 20 a 25 anos; 205 milhões em créditos para a compra de equipamentos franceses, com juros preferenciais; e 400 milhões junto aos bancos franceses, com uma taxa de risco de aproximadamente 1,8. todas essas parcelas estão destinadas apenas ao Projeto Sindacta.)

O Centro Tecnológico Aeroespacial (órgão do Ministério da Aeronáutica) de São José dos Campos reuniu cientistas brasileiros e técnicos de indústrias nacionais para desenvolver dois radares. O protótipo do meteorológico está em funcionamento há dois anos; e o de vigilância aérea já está em condições de ser industrializado — ambos com índices de nacionalização superiores a 95 por cento. Algumas fontes ligadas às industriais de material bélico comentavam ontem que esse esforço foi desenvolvido porque o Governo se comprometeu em adquirir quarenta radares no espaço de cinco anos: 25 meteorológicos e 15 de vigilância aeroportuária.

Os cientistas se surpreenderam com a notícia da compra de equipamentos franceses, principalmente porque o Ministro Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, por várias vezes insistiu com eles sobre "o alto interesse do Governo em nacionalizar cada vez mais os equipamentos aeronáuticos".

Os empresários também lembraram que, ainda na semana passada, o Ministro Jardim de Mattos declarou em entrevista à imprensa que pretendia empregar, nos aeroportos brasileiros, os radares desenvolvidos pelo Centro Tecnológico Aeroespacial. E o próprio Presidente da República, na última mensagem de final de ano, explicava orgulhoso que uma das grandes realizações de seu Governo foi o desenvolvimento de radares nacionais, com tecnologia própria. Os empresários e cientistas brasileiros acreditavam que mais da metade da produção dos radares seria destinada à exportação.

Desenvolvimento

Cada radar desenvolvido pelo CTA, quando em fase de escala industrial, seria construído por um *pool* de empresas nacionais, e custaria um milhão de dólares, no caso do meteorológico, e 200 mil dólares, o de vigilância portuária. Ainda ontem, entre os empresários, comentava-se que a TECNASA, por exemplo, investiu grande volume de recursos próprios destinados à tecnologia.

A empresa Motorádio também está envolvida no projeto e já se encontra em plena fabricação de componentes eletrônicos para os radares, adiantando-se até ao contrato de financiamento da produção em série, que foi encaminhado pelo Ministério da Aeronáutica há cerca de oito meses para a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Ontem, os empresários comentavam que a compra dos equipamentos franceses poderá explicar por que o BNDE engavetou durante quase um ano os pedidos de financiamentos, sem dar qualquer notícia a respeito da aprovação final.

Os equipamentos destinados à utilização do Sindacta, segundo ainda informações dos empresários e cientistas, seriam empregados na vigilância aérea do Sul do País. E serão adquiridos da Thompson CSF.

O Sr. Hugo Napoleão — Sr. Presidente, peça a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Hugo Napoleão, como Líder. S. Exª terá 20 minutos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PDS — PE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há aproximadamente três semanas o nobre Senador Franco Montoro, em entrevista ao novo programa de televisão *Globo Revista*, dentre outras considerações e com a inteligência que lhe é peculiar, com a cultura que indiscutivelmente possui, afirmou que o País estava a importar radares do exterior e, segundo entendi, no valor de 640 milhões de dólares. Parece que agora S. Exª acaba de referir a cifra de 645 milhões de dólares. E entendi também que radares esses com similar no País.

No dia 29 de maio passado assomei a tribuna desta Casa, na sessão da Câmara dos Deputados, para, dentre as considerações feitas pelo Senador Franco Montoro, pinçar, escolher, eleger, por assim dizer, um dos temas a que S. Exª havia feito referência, mais precisamente o dos radares. Ontem, o Deputado Joacil Pereira, meu colega do Colégio de Vice-Líderes do PDS na Câmara dos Deputados, procurou-me informando que o Senador Franco Montoro com ele estivera e lhe dera o recado de que viria hoje, à sessão do Congresso, como de fato veio, discursar, como de fato discursou, sobre o tema abordado anteriormente. E quando estava, há poucos minutos, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais atos de corrupção que teriam sido praticados pela Administração Pública direta e indireta, recebi um telefonema do Senador Franco Montoro avisando-me que viria expender considerações acerca do que ora falo. Em seguida, S. Exª pediu-me, já em plenário, que solicitasse aos ilustres companheiros de representação, Deputado Francisco Benjamim e Edison Lobão, que aqui acorressem. Transmiti-lhes o recado do Senador Franco Montoro, mas, infelizmente, os mesmos afazeres que me prendiam anteriormente os prendem no plenário daquela Comissão e eles não puderam vir, mas quero registrar o ato de lhanza do Senador Franco Montoro ao mandar comunicar-me que viria tecer considerações a respeito do assunto.

No início de suas palavras, o Senador Franco Montoro alega que eu, quando assomei à tribuna, fiz a defesa do Ministério da Aeronáutica, quando o Ministério da Aeronáutica não foi atacado, e que deveria ter feito — isto sim — a defesa do Ministério da Fazenda, e mais precisamente, da pessoa de S. Exª o Sr. Ministro Ernane Galvêas, porque as críticas teriam sido a S. Exª dirigidas.

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não entendo assim. Entendo que o Ministério da Fazenda e o Ministério da Aeronáutica compõem o Governo e o Governo é uno, é único. Não posso dissociar o Ministério da Aeronáutica do Ministério da Fazenda, mormente quando se trata de importação ou de compra de radares no exterior, em que ambos os Ministérios estão envolvidos. Afinal de contas, na verdade, o Ministério da Fazenda não precisa de radares. O Ministério da Fazenda é o caminho necessário à legalização da importação. De radares, sim, precisam não apenas os brasileiros, como o Ministério da Aeronáutica e todo e qualquer Ministério deste País.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Com imenso prazer, nobre Senador.

O Sr. Franco Montoro — Na realidade, pelo noticiário — e é de noticiário que se trata, porque não há nenhuma comunicação oficial feita ao Congresso sobre esta matéria — o Ministro da Fazenda faz referência expressa ao Projeto DACTA, à instalação do sistema de controle aéreo, e dá até as importâncias: 45 milhões do Tesouro, 205 milhões de crédito de exportação e 316 milhões do sistema bancário, conforme acordos assinados e relatados à imprensa internacional. Isso publicado no jornal do dia primeiro de fevereiro. Dois dias depois, o Centro de Relações Públicas da Aeronáutica declara: o Ministério desconhece ter sido assinado na França, durante a visita do Presidente João Figueiredo, qualquer documento para compra de radares. Não pode V. Exª defender posições contraditórias. Deve optar por uma ou por outra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Vou esclarecer e tomarei por base exatamente a última informação oficial, porque essa sobrepuja a quaisquer outras anteriores, por mais ou menos importantes que tenham sido. É que a compra foi efetivada, a compra ocorreu de fato e tenho que me basear nos últimos elementos, que são esses de que disponho. Na verdade foram comprados, ou adquiridos, ou importados da França os radares tridimensionais do tipo CGA, os Ground Control Approach e esses no valor não de 640 milhões ou 645 milhões de dólares mas, sim, no valor global de 200 milhões de dólares, sendo 170 para sua efetiva aquisição e mais 30 para aplicação de equipamentos terrestres. Na verdade, esses radares são indispensáveis à segurança e ao controle do tráfego aéreo. Eles são diferentes daqueles que usamos no País. Por quê?

Porque eles aproximam a aeronave sem necessidade de o piloto enxergar o que está à sua frente; basta ouvir o que a torre de controle diz. O avião pousa automaticamente. Se esse radar estivesse em operação, não teria havido aquele acidente terrível em Santa Catarina, com o Boeing da Transbrasil. Se o Iraque tivesse esse tipo de radar — o Ground Control Approach — talvez não tivesse sido destruída sua usina atômica, há poucos dias, por aviões de Israel.

Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Franco Montoro — Na realidade, existem três tipos de radares: o radar meteorológico, o radar de aproximação — estes dois estão sendo fabricados no Brasil — e o radar de controle a longa distância.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Era o que eu ia dizer a seguir.

O Sr. Franco Montoro — Parece que isso não se aplica ao acidente de Santa Catarina, porque se tratava, ali, de operação de aterrissagem.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Aplica-se, e vou explicar o porquê.

O Sr. Franco Montoro — Portanto, o que me causa estranheza é que o Ministro da Aeronáutica mandou um comunicado ao Congresso, no qual não faz referência à compra efetivada de 10 radares, não dá o número de radares, nem o preço. Gostaria de saber qual a fonte de que V. Ex^a se socorreu para dar essa informação...

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Com prazer.

O Sr. Franco Montoro — ... que contraria a do Ministro Galvêas. Li algumas notícias posteriores, depois da denúncia que fiz da compra no valor de 645 milhões. Todos os jornais as publicaram com destaque. Cabia ao Ministério que anunciou a compra dizer que ela não se efetivou. Mas não foi isso que ele fez. Ele se limitou a dizer que a compra era do interesse do País e fez declarações vagas, tanto que terá oportunidade de vir aqui, para trazer informações oficiais. Gostaria de saber qual a fonte em que V. Ex^a se inspirou para afirmar categoricamente que a compra não foi feita, que não são os 40 anunciados, mas apenas 10 radares. E qual a necessidade desses 10? Os radares de longa distância existem no Brasil, em número de quatro, e controlam a maior parte do tráfego. Seriam necessários mais três. Ou quatro, diz o Ministro Severo Gomes. Seriam necessários pouquíssimos radares, e o custo não seria de 645 milhões de dólares, mas de 20, 30 40 milhões de dólares. De qualquer forma, V. Ex^a nos informa que os 645 já se reduziram apenas a 200 milhões de dólares. Acho que a crítica já trouxe ao País uma economia de 400 milhões de dólares, pelo menos, em relação ao volume anunciado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Não é bem assim, nobre Senador Franco Montoro. Darei a fonte, com o maior prazer. Antes, porém, quero esclarecer — perdoe-me a imodéstia — que os radares a que se referiu V. Ex^a, ou seja, os radares meteorológicos, os equipamentos para telecomunicações, os radares de áreas terminais, enfim, as faixas de *very high frequency* e *ultra high frequency*, o *super high frequency*, esses sim, são fabricados no Brasil e não foram importados. O que o Brasil não fabrica são os radares tridimensionais. Quanto ao valor global, V. Ex^a deu um número aproximado, porque envolve, realmente, um financiamento também para a aquisição de produtos aeronáuticos brasileiros.

O Sr. Franco Montoro — Não fui eu quem deu, foi toda a imprensa.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — E V. Ex^a reproduziu.

O Sr. Franco Montoro — Eu aqui reproduzi, mas toda a imprensa noticiou. Então, caberia ao Governo esclarecer.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Atualizo a minha frase: a imprensa noticiou, e o Senador reproduziu a notícia. Mas não estamos importando nada em matéria de radares que tenhamos no Brasil. Nós precisamos, para segurança de voo, desses equipamentos que formarão centros integrados em São Paulo e Belo Horizonte, mas para abranger uma área que vai desde o centro do País ao extremo sul, ou seja, se assim posso dizer, onde há maior densidade de tráfego aéreo.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a tem razão. Isso nunca foi contestado. Mas são em número reduzidíssimos os radares de longa distância necessários para realizar essa tarefa, cuja prioridade é discutível diante da série de problemas que estão a desafiar o Governo, a indústria, os sindicatos e os trabalhadores brasileiros. É muito discutível essa prioridade, mas, se admitida, ela seria atendida com um pequeno número de radares de longa distância, que realmente não fabricamos. Informo a V. Ex^a que aquelas indústrias que trabalharam na elaboração desses dois protótipos que estão sendo fabricados no Brasil, e para cuja exportação o Brasil se preparava, estão atemorizadas. As notícias da imprensa revelam o protesto dessas organizações e a inquietação com que elas viram esse acordo. Entretanto, segundo a declaração de V. Ex^a, agora, parece que não vai realizar-se aquela compra de 645 milhões de dólares a-

nunciada pelo Ministro. Creio que a intervenção do Congresso poderá ter uma influência benéfica, pelo menos diminuindo os inconvenientes dessa desastrosa transação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Meu nobre Senador, o que eu queria significar é que os técnicos brasileiros podem estar absolutamente seguros de que agora, e mais do que nunca, o Ministério da Aeronáutica está voltado exatamente para o desenvolvimento da pesquisa e de ensino, para que se possam desenvolver os projetos. Muitas vezes os projetos são preparados e entregues à indústria. Aí está a EMBRAER, por exemplo, que é motivo de orgulho nacional, fabricando nossos próprios aviões, para o bem do País. Os técnicos e as indústrias podem estar absolutamente seguros, repito, porque este é um dos objetivos do Ministério da Aeronáutica — a pesquisa, a tecnologia — e esses radares são indispensáveis. Na realidade, o que são 200 milhões de dólares, quando o Brasil exporta 20 bilhões de dólares, e quando precisamos desse equipamento para evitar, como dizia eu, uma catástrofe do gênero da que ocorreu no Iraque? Não estou absolutamente fazendo pouco dos outros problemas que o País enfrenta, que são enormes.

O Sr. Franco Montoro — Até de ordem financeira. Aumentou-se a dívida externa em dois bilhões e não se exportou nada. Esse foi o acordo com a França, conforme declarou o Ministro.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — O Brasil, Senador, a cada ano vem incrementando suas exportações à razão de 30%, e aumentando as importações à razão de 10%. Tenho certeza de que seremos bem sucedidos doravante e, sobretudo, equilibraremos a nossa balança comercial.

O Sr. Franco Montoro — Essa certeza de V. Ex^a é para o futuro. Infelizmente...

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Não, é com base em dados.

O Sr. Franco Montoro — ... não é confirmada. Os dados são de que a dívida externa do Brasil sobe. Se houvesse um excesso da exportação sobre a importação, essa dívida cairia. E ela está aumentando. E nós estamos assistindo ao fato, V. Ex^a não pode negar a realidade. Os nossos Ministros da área econômica, ao invés de viajarem pelo interior do Brasil, para ver os problemas da nossa população...

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Eles o fazem também.

O Sr. Franco Montoro — ... passam a maior parte do tempo indo aos centros financeiros mundiais.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Mas temos que ter relações de toda espécie com outros países, Senador.

O Sr. Franco Montoro — Vão a Paris, a Bonn, a Londres, a Washington, a Nova Iorque e a Tóquio.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Mas, claro, e para o bem do País também. Como se pudéssemos ignorar a França, a Itália, o Japão, não manter relações diplomáticas e comerciais com eles, ignorar o mundo. A meu ver, é preciso que os Ministros continuem viajando no País e no exterior.

O Sr. Franco Montoro — Permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Com prazer.

O Sr. Franco Montoro — Não creio que V. Ex^a concorde em que os nossos Ministros devam passar a maior parte do tempo indo a esses centros financeiros de chapéu na mão a pedir, a pedir e a pedir.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Se necessário, estou de acordo.

O Sr. Franco Montoro — E quando se deu, como agora, na França, um conjunto de empréstimos de dois bilhões de dólares, é o Ministro quem declara: não se faz nenhum acordo, em contrapartida, para exportação de dois bilhões de dólares. É S. Ex^a que declara, que não se faz nenhum acordo para exportação. E o Ministro Delfim disse que um dos objetivos foi proporcionar emprego ao trabalhador francês. Penso que V. Ex^a concorda comigo em que mais o importante é proporcionar trabalho aos brasileiros que estão sendo despedidos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — E é o que pensa o Ministro. Não sei qual a fonte que V. Ex^a usou, mas sei, que eles acham que devem ser criados empregos dentro do País, não só indústrias...

O Sr. Franco Montoro — ... na indústria naval, na indústria ferroviária e também nessa ameaçada indústria de produção de radares. Informo a V. Ex^a, com base na documentação que exibi, que industriais brasileiros do setor estão alarmados.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Respondendo à pergunta que V. Ex^a me havia feito, anteriormente, é óbvio que os dados que trouxe à Casa eu os colhi

junto ao Ministério da Aeronáutica, que está de portas abertas, para qualquer Parlamentar, inclusive V. Ex^a, examinar o contrato de aquisição de radares — se assim o desejar, e com o maior prazer eu acompanharei V. Ex^a para elucidar definitivamente a questão. — Mas fazendo referência, para encerrar, Sr. Presidente, a outras considerações do Senhor Franco Montoro, a quem terei mais uma vez o prazer de ouvir...

O Sr. Franco Montoro — Não é necessário que eu vá ao Ministério. Respeito, admiro e sou amigo do Ministro, mas penso que é S. Ex^a quem deve mandar, como fez, um ofício ao Congresso. Apenas lamento que nele não conste o que disse a V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Ele não é obrigado a incluir no ofício os dados que V. Ex^a quer.

O Sr. Franco Montoro — Se a grande dúvida é esta, V. Ex^a deveria esclarecer.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Mas não havia necessidade. Eu os trouxe. Estou, então, inteiramente descredenciado perante V. Ex^a.

O Sr. Franco Montoro — Mas não foi prestigiado pelo Ministro, que não se referiu ao preço da transação e ao número de radares, o que é fundamental.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Mas se referiu ao núcleo, espelhou a verdade, e eu venho complementar essas informações.

Como eu ia dizendo, Sr. Presidente, quanto às importações que foram realizadas quando da visita de S. Ex^a o Sr. Presidente João Figueiredo, à França, O Senador Montoro afirmou que os vagões e os navios, sobretudo os dois navios petroquímicos que foram importados, têm similares no País. Na realidade, quando há urgência imediata de utilização desses bens, temos, infelizmente, que importá-los. Se nós precisamos de mais trens e não podemos produzi-los a curto prazo, temos que importá-los, para atender à demanda. Da mesma forma e da mesma maneira se nós precisamos de mais tonelagem, em termos petroquímicos...

O Sr. Franco Montoro — Mas isso não ocorre.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — ... nós temos que importar, porque é um problema premente. E aí vamos dar emprego a quem? Ao motorneiro, àqueles que vão andar nos trens, como empregados das redes ferroviárias; àqueles que vão comandar os navios. Enfim, teremos novos empregos em função dessas aquisições. Este o primeiro ponto.

O Sr. Franco Montoro — O que V. Ex^a diz não é confirmado pelos fatos. A indústria ferroviária pode produzir, mas está despedindo empregados, está com a capacidade ociosa, à espera, desesperadamente, de encomendas. Quanto à indústria de construção naval, o Governo há 15 dias, anunciou com estardalhaço: o Brasil, hoje, é a segunda potência em construção naval. Quer dizer, ultrapassou os Estados Unidos; só o Japão tem capacidade maior que o Brasil. As autoridades ligadas ao setor declaram que ele está em condições de fabricar esses navios. A razão é outra, e eu me permito, ao concluir, dizer...

O SR. HUGO NAPOLEÃO — A razão foi a premência.

O Sr. Franco Montoro — A premência da dívida.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Não, premência da utilização dos mesmos dentro do território nacional.

O Sr. Franco Montoro — Eu não tive tempo de citar aqui uma série de artigos de economistas, demonstrando que a nossa situação é de um País que está — como é incontestável — com uma dívida excessiva e não tem outro remédio senão aceitar as condições impostas por aqueles que nos emprestam dinheiro, condicionando-o à importação de equipamentos...

O SR. HUGO NAPOLEÃO — E por que não?

O Sr. Franco Montoro — ... de que não precisamos. É a condenação do modelo econômico; da tese que V. Ex^a defende. E eu quero concluir, dizendo que nós não nos limitamos a criticar esse modelo. Apresentamos uma alternativa, que é exatamente a de voltar-se para o mercado interno; produzir aqueles bens que o Brasil pode produzir, dando emprego ao trabalhador brasileiro e não o desempregando. A orientação que o Brasil adota é a do Fundo Monetário Internacional...

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Não. Isso, na opinião de V. Ex^a.

O Sr. Franco Montoro — ...a de forçar a recessão, aumentar os juros, estabelecer medidas de interesse dos financistas internacionais. A alternativa que propomos é outra. Eu quero, — encerrando esse nosso debate, pois a Mesa está-nos advertindo — tornar clara não apenas a divergência em relação aos fatos, que, parece, estão perfeitamente esclarecidos. A notícia dada pelo Ministro da Fazenda não é confirmada, não se vai importar 640 milhões de dólares em radares. Mas a diferença fica, principalmente, no tocante ao

modelo de desenvolvimento. É preciso parar de aumentar cada vez mais a nossa dívida, e a única forma de se conseguir isso é apelando para a produção brasileira.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Só deve, Senador, quem tem crédito. Se o Brasil tem dívidas é porque tem crédito, é porque tem lastro. Aliás, eu fico muito feliz em verificar que temos um dos dez maiores produtos internos brutos do mundo. Então, pode dever, tem capacidade para dever e — perde-me o pleonasma - deve dever. Esta é uma das circunstâncias. E se os contratos de empréstimos envolvem aquisição de mercadoria se o Brasil precisa delas, vamos adquiri-las para dar trabalho aos brasileiros.

O Sr. Franco Montoro — Estou provando que não precisa.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Isso não implica que excluamos a necessidade de ser aumentada a participação do trabalhador brasileiro, ao contrário. Mas esse esforço é de ordem global do Brasil. Esses valores são mínimos em relação à economia brasileira como um todo. Andou bem o Ministério da Fazenda; andou bem o Ministério da Aeronáutica; andaram bem os Srs. Ministros sobretudo neste caso.

Sr. Presidente, vou encerrar as minhas considerações, uma vez mais enaltecendo a atuação do Governo brasileiro e precisamente dos Ministérios da Aeronáutica e da Fazenda que, no momento em que o País precisava, adotaram medidas adequadas, compatíveis, concernentes às reais necessidades da população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1^o-Secretário.

São lidas as seguintes.

Brasília, 11 de junho de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1^o do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Aloysio Chaves, Raimundo Parente e João Calmon, pelos nobres Srs. Senadores Jutahy Magalhães, Bernardino Viana e Jorge Kalume, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n^o 17, de 1981, que "dá nova redação ao parágrafo terceiro do artigo 7^o da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

Brasília, 11 de junho de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1^o do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Almir Pinto, pelo nobre Sr. Senador Lenoir Vargas, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n^o 10, de 1981 (CN), que "Altera dispositivos da Lei n^o 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes destinados à agricultura, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

Brasília, 11 de junho de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1^o do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Raimundo Parente, Aloysio Chaves e Lourival Baptista, pelos nobres Srs. Senadores João Lúcio, Passos Pôrto e Jorge Kalume, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n^o 11, de 1981 (CN), que "Dispõe sobre a averbação, na esfera federal, de tempo de serviço público estadual ou municipal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

Brasília, 11 de junho de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1^o do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Almir Pinto, Lourival Baptista e Eunice Michiles, pelos nobres Srs. Senadores Jutahy Magalhães, José Lins e

Passos Pôrto, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem nº 53, de 1981 (CN) que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.851, de 27 de janeiro de 1981, que "Altera o limite mínimo do benefício fiscal concedido pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1975, a pessoas físicas mutuárias do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

Brasília, 11 de junho de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Lomanto Júnior, pelo nobre Sr. Senador Bernardino Viana, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem nº 54, de 1981 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.852, de 27 de janeiro de 1981, que "Regula a distribuição aos Municípios da parcela do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

Brasília, 11 de junho de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Raimundo Parente, pelo nobre Sr. Senador Bernardino Viana, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem nº 55, de 1981 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.853, de 9 de fevereiro de 1981, que "Dá nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 1.732, de 20 de dezembro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

Brasília, 11 de junho de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Lourival Baptista, Lomanto Júnior, João Calmon e Tarso Dutra, pelos nobres Srs. Senadores Bernardino Viana, Jorge Kalume, Passos Pôrto e João Lúcio, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem nº 60, de 1981 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.855, de 10 de fevereiro de 1981, que "Dispõe sobre a retribuição dos Professores Civis do Magistério do Exército, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste Plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1981, que altera a redação do parágrafo único do artigo 145 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1981, que introduz parágrafo no artigo 103 da Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 9, de 1981-CN, da Comissão Mista.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 3 de junho corrente, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

A proposta de emenda à Constituição exige **quorum** qualificado para deliberação. Senado evidente a inexistência de número em plenário, deixa, mais uma vez, de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 800,00	Semestre	Cr\$ 2.500,00
Ano	Cr\$ 1.600,00	Ano	Cr\$ 5.000,00
Exemplar avulso	Cr\$ 10,00	Exemplar avulso (Atrasado)	Cr\$ - 15,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície		Via-Aérea	
Semestre	Cr\$ 800,00	Semestre	Cr\$ 2.500,00
Ano	Cr\$ 1.600,00	Ano	Cr\$ 5.000,00
Exemplar avulso	Cr\$ 10,00	Exemplar avulso (Atrasado)	Cr\$ 10,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950.052/5, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 10,00